

Da dispensa à transparência: a cobertura de O Globo, Folha e Estadão sobre os gastos alimentícios do Executivo Federal em 2020

REVISTA
compolítica

Revista Compolítica
Ano 2025, v. 15, n.1
compolitica.org/revista
ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2025.15.1.719

The coverage by O Globo, Folha, and Estadão of the Brazilian Federal Executive Branch's food expenditures in 2020

Germana Plácido

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
[Federal University of Maranhão]

Isabele Mitozo

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
[Federal University of Minas Gerais]

Maria Paula Almada

Aláfia Lab / Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD)
[Aláfia Lab / National Institute of Science and Technology in Digital Democracy]

Resumo

O artigo apresenta uma análise da cobertura dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo (versões digitais) sobre os gastos alimentícios do Poder Executivo Federal em 2020. Para isso, são observados tanto os dados disponibilizados na ferramenta Painel de Compras do Governo Federal quanto a repercussão dos gastos milionários com itens como o leite condensado, elemento marcante na cobertura jornalística da época. Foi realizada uma análise qualitativa de conteúdo das matérias publicadas por esses jornais, entre 26 de janeiro e 3 de fevereiro de 2021, totalizando 25 publicações, em diferentes seções dos jornais, observando-se o enquadramento dado à cobertura. Constatou-se que os jornais adotaram abordagens e número de matérias distintas, sendo que O Globo e Folha de S. Paulo investiram em frames tanto noticiosos quanto interpretativos, enquanto O Estado de S. Paulo se concentrou apenas na cobertura noticiosa. Além disso, nenhum dos jornais aprofundou a temática da transparência pública.

Palavras-chave: cobertura midiática; transparência pública; governo Federal; enquadramento.

Abstract

This article analyzes the coverage provided by the digital editions of Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, and O Globo regarding the Brazilian Federal Executive Branch's food expenditures in 2020. The study examines data from the Federal Government's Purchasing Panel and the repercussions of the massive expenditures on items such as condensed milk - a striking element of the news cycle at the time. A qualitative content analysis was conducted on the articles published by these newspapers between January 26 and February 3, 2021, totaling 25 publications across different sections, observing the framing given to the coverage. It was found that the newspapers adopted different approaches and numbers of stories, with O Globo and Folha de S. Paulo investing in both news and interpretive frames, while O Estado de S. Paulo focused solely on news coverage. In addition, none of the newspapers examined the issue of public transparency in depth.

Keywords: media coverage; public transparency; federal government; framing.

Da despesa à transparência: a cobertura de O Globo, Folha e Estadão sobre os gastos alimentícios do Executivo Federal em 2020

Germana PLÁCIDO
Isabele MITOZO
Maria Paula ALMADA

Em 2020, o Governo Federal, enfrentando o primeiro ano da pandemia de covid-19 e sob a liderança do então presidente Jair Messias Bolsonaro, gastou mais de 2,8 bilhões de reais com alimentos destinados às instâncias do Executivo Federal. Esse valor, especialmente em razão dos gastos exorbitantes com itens como leite condensado e sorvete (mais de R\$ 15 milhões e R\$ 13 milhões, respectivamente), aumentou o acesso ao Portal da Transparência do Governo por atores sociais, especialmente pela mídia, o que supostamente causou instabilidade na plataforma, deixando-a fora do ar¹. Diante das pressões pela divulgação e explicação sobre esses gastos públicos, o governo atualizou e modificou a ferramenta *Painel de Compras*², que, segundo a gestão, era mais um meio de prestação de contas à sociedade.

O referido escândalo orçamentário, considerado um tipo de matéria com grande apelo midiático (Thompson, 2002), ganhou as páginas dos principais jornais do país por mais de uma semana, colocando em evidência a transparência como um elemento fundamental para o controle social do Estado (Mendes, 2023). Sendo a transparência um processo intrínseco às democracias, garantindo conexões asseguradas por lei (Albuquerque, 2010; Gomes; Amorim; Almada, 2018; Ituassu *et al.*, 2018), a promoção de ferramentas digitais para a fiscalização dos gastos públicos abre uma nova porta ao jornalismo: o trabalho com grandes dados. Essa modalidade aproxima os meios de comunicação tradicionais a uma posição de fiscalização dos Poderes do Estado, tarefa resguardada por essa instituição social e seus agentes como defensora do interesse público (Albuquerque, 2005).

Pesquisas envolvendo o tripé mídia-transparência-democracia estão sendo desenvolvidas de forma mais intensa por pesquisadores, a fim de analisar e pensar novas ferramentas que promovam a aproximação e a fiscalização da gestão pública pelo cidadão comum (Almada, 2017; Gomes; Amorim;

¹ Disponível em: <https://bit.ly/3jleDHZ>. Acesso: 10 abr. 2022.

² Disponível em: <http://paineldecompras.economia.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Almada, 2015; Grimmelikhuijsen; Meijer, 2014; Mendes, 2023; Moraes, 2013; Possamai, 2016; Voermans; Napel; Passchier, 2015). No entanto, a cobertura da transparência, especialmente quando tratamos de objetos de estudo online, como os portais de transparência governamentais e a utilização dos dados ali disponíveis pela mídia, ainda é uma lacuna a ser preenchida nos debates e estudos acadêmicos.

Nesse contexto, como o jornalismo tradicional brasileiro cobre a transparência do Poder Público? Esta pesquisa analisa a cobertura jornalística dos gastos alimentícios do Executivo Federal em 2020, feita pelos portais online dos três jornais comerciais de maior circulação nacional – *Folha de S. Paulo (FSP)*, *O Estado de S. Paulo (OESP)* e *O Globo*. O estudo objetiva investigar os enquadramentos dados às matérias publicadas sobre o caso, discutindo, a partir dos resultados, o papel do jornalismo como mediador entre a transparência do Estado e os cidadãos, a fim de contribuir com a lacuna acima apontada.

Este trabalho reflete, inicialmente, a partir da literatura especializada, a importância de se pensar a interseção entre mídia, transparência e democracia. Em seguida, apresenta a proposta metodológica deste estudo, depois os resultados obtidos com a análise das publicações e, por fim, algumas considerações finais sobre o tema.

Mídia, processo de transparência do Estado e escândalo dos gastos do Executivo Federal brasileiro em 2020

Acesso à informação pública e a mídia

O direito ao acesso à informação pública, no Brasil, está previsto na Constituição Federal de 1988, que atribui a todos os cidadãos o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cuja manutenção do sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (Brasil, 1988). Esse direito é parte integrante do processo de transparência e deve abranger: o direito de informar, o de se informar e o de ser informado (Batista, 2010). Parte disso só é possível com a atuação da mídia, que funciona como canal entre as instituições públicas e a sociedade, agindo como uma espécie de tradutora desses conteúdos, a partir de uma linguagem objetiva e concisa.

Essas garantias estão associadas à liberdade de imprensa, mas se expandem a qualquer pessoa ou entidade pública ou privada. O direito de se informar abrange o direito de acesso a dados de interesse pessoal ou coletivo no Estado ou em bancos de dados públicos, o que pressupõe o direito dos cidadãos ao recebimento de informações fidedignas do Estado, que deve ser transparente.

A transparência é o caminho que permite a prestação de contas, sendo este um dos principais deveres de governos democráticos (Filgueiras, 2011). Como se sabe, a transparência pública abrange duas vertentes principais quando se trata do Poder Executivo: governamental ou administrativa, e fiscal ou orçamentária³. A primeira diz respeito aos termos da Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011), que requer que os órgãos governamentais não sejam apenas eficazes, democráticos e legítimos, mas também transparentes, seja por meio da transparência ativa (divulgação de dados por iniciativa do próprio setor público) ou pela transparência passiva (divulgação após solicitações específicas, que podem ser feitas por qualquer instância que deseje saber mais sobre determinado ato ou processo).

A transparência fiscal ou orçamentária está associada ao termo *accountability*⁴ e prevê a divulgação integral de todas as informações fiscais relevantes, de modo oportuno e sistemático, por meio de relatórios, controle e prestação de contas. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000) é a lei complementar brasileira que embasa a transparência orçamentária e visa impor o controle dos gastos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, condicionando-os à capacidade de arrecadação de tributos por esses entes políticos.

Os veículos de comunicação utilizam a transparência fiscal para contribuir com o processo de prestação de contas à sociedade, uma vez que o uso de recursos públicos deve ser realizado conforme a legislação vigente e, como tal, ser uma informação acessível a todos. A transparência digital exercida por meio dos portais de transparência é um campo de coleta para os veículos de comunicação obterem esses dados. Esses espaços comportam grandes quantidades de informações que, muitas vezes, precisam ser interpretadas tecnicamente, o que torna difícil seu acesso individual por cidadãos e, consequentemente, eleva o jornalismo a um papel importante de mediador da transparência do Estado, ao apresentar essas informações em linguagem acessível – ou seja, traduzindo essa grande quantidade de dados (Brenol, 2021).

³ Não se anula aqui a transparência política, todavia ela não é o cerne do que se discute neste trabalho, logo, não se investe em sua definição e discussão.

⁴ O termo refere-se à prestação de contas que os órgãos submissos à Lei de Acesso à Informação devem exercer por meio de instâncias de controle e fiscalização do poder público.

É nesse contexto que a mídia, com ênfase no jornalismo, evidencia seu papel social de divulgar e traduzir informações públicas (Mendes, 2023), que muitas vezes não são intuitivas ou de fácil acesso à sociedade. Segundo Brenol (2021), o jornalismo não se coloca apenas como agente fiscalizador, mas também como ferramenta estratégica, para evitar retrocessos na transparência e nas políticas de governo.

É fundamental mencionar que, além dessas vertentes, a Lei de Acesso à Informação também traz a utilização de meios de comunicação viabilizados pelas tecnologias digitais em seu Artigo 3º, inciso III (Brasil, 2011). Nesse sentido, outro ponto importante de análise é a relevância dos meios de comunicação no processo de prestação de contas e sua constante presença na internet como promotores da transparência pública nesses espaços. Com os avanços tecnológicos, ficou mais fácil para os meios de comunicação tradicionais atuarem como uma ferramenta adicional de controle social (Gomes, 2009). Conforme sinaliza Albuquerque (2010), a mídia, vista sob essa perspectiva, atua a serviço da sociedade, vistoriando e iluminando temas que merecem ser debatidos, o que pode ser um papel desafiador, uma vez que, nesse processo, ela pode sofrer constrangimentos, como acusações de abuso à liberdade de expressão.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender o que significa transparência dentro das práticas produtivas dos veículos de comunicação. Para Weinberger (2009), o atributo da transparência caminha lado a lado com o critério da objetividade, sendo inclusive referenciado como a “nova objetividade”. Há alguns recursos empregados pelo jornalismo que visam aumentar a transparência sobre determinados fatos ou informações. São usados para lançar luz sobre fatos específicos e, ao fim, produzir mais e melhor transparência. Um desses recursos, no jornalismo online, é o uso dos hiperlinks que permitem ao leitor examinar informações complementares de origem independente (Singer, 2007). Mesmo que o lead esteja evidente no corpo do texto, os dados completos podem ser consultados via links. Isso seria uma estratégia, dentro das rotinas de produção da notícia, para ter transparência, mas sem excesso (Tandoc; Thomas, 2017).

Dentro dessas práticas de transparência adotadas pelas organizações jornalísticas, Bezerra (2022) sinaliza que cada instância tem sua função:

- ***Proprietários/dirigentes (organização jornalística)***: apresentar os processos internos e externos ao público; políticas institucionais e editoriais; fontes de recursos financeiros da organização; estabelecer as políticas que definem a escolha das fontes; apresentar o código que

rege o trabalho dos profissionais, os conflitos de interesse e a publicidade; diferenciar em seus produtos o que é notícia, comentários, conteúdo pago etc.

- **Jornalistas:** identificar as fontes no texto; incorporar links para que o leitor consiga ter acesso aos documentos mencionados; apontar o processo de apuração, o passo a passo; deixar claro se o texto foi atualizado, detalhando o que foi alterado; diferenciar se o texto foi corrigido e/ou atualizado; assinar o texto, com os nomes dos profissionais que contribuíram para o conteúdo.
- **Sociedade (cidadão/leitor):** participar dos espaços de interação disponibilizados pelas organizações para compartilhar feedbacks e sugestões de pautas.

A construção dos direcionamentos e dos vieses na estrutura da informação e da produção da notícia possibilita tanto a formação de rótulos, que geram interpretações e olhares críticos da sociedade e de agentes políticos, como quadros (*frames*) e conexões que promovem interpretações. Alguns autores refletem sobre o enquadramento midiático como a forma de unir elementos que, juntos, possibilitam a construção da realidade. Para Entman (2007), o enquadramento é compreendido como o processo de concatenação de elementos que constroem a narrativa daquilo o que é noticiado, desempenhando a função de definição do problema, análise causal e julgamento moral. Dependendo do que está em jogo ou é debatido, o enquadramento possibilita analisar quadros no contexto de sua produção, observando a mente de quem constrói a notícia e de quem a recebe por meio do discurso (D'Angelo, 2012).

Verificar o enquadramento que os meios de comunicação estabelecem sobre temas emergentes na política e, consequentemente, para o processo democrático das instituições, é fundamental para um percurso com ênfase nas novas configurações da comunicação. Para isso, é viável a construção de variáveis empíricas que possam classificar e interpretar o objeto a ser estudado dentro do seu fenômeno. Uma abordagem interessante, especialmente para casos em que os veículos de comunicação atuam também como atores políticos (Marques; Mont'Alverne; Mitozo, 2019; Plácido, 2022), é aquela de Porto (2004, 2007), que opõe *frames* noticiosos a *frames* interpretativos, ou seja, mostra as duas faces do jornalismo, composto tanto de objetividade na apresentação dos fatos quanto de opinião, lado representado por colunas e editoriais (Marques; Mont'Alverne; Mitozo, 2019). Esse viés analítico é interessante para esta pesquisa, pois, além de serem observadas todas as peças publicadas nos jornais, tem-se como foco temático um escândalo político (Thompson, 2002), que coloca o jornalismo

tradicional como um agente do interesse público, que se manifesta, portanto, para além de noticiar os acontecimentos. Nesse sentido, Thompson (2002) refere-se ao escândalo como um evento ou ação que provoca uma reação pública intensa e caracteriza-se pela quebra de expectativas sociais e pela indignação pública gerada por essa transgressão.

O escândalo de gastos do Executivo em 2020 na mídia

Jair Bolsonaro, que estava à frente do país no período estudado neste artigo, é alvo, após seu mandato, de uma investigação em curso pela Polícia Federal por supostamente conspirar para sabotar a democracia e impedir a posse do atual presidente (2023-2026). O ex-chefe do Executivo coleciona uma série de ações contrárias à democracia, seus instrumentos, agentes e instituições, e tudo isso ocorreu não apenas durante seu mandato, mas desde sua primeira campanha em 2018. Desde aquela ocasião, houve inúmeros ataques às urnas eletrônicas e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o objetivo de desacreditar o sistema, incluindo ameaças de recusa em realizar eleições caso não fosse adotado o voto impresso, além de declarações polêmicas por parte do então presidente, sugerindo preferência por um regime que não a democracia⁵.

Outros exemplos da falta de apreço do então chefe do Executivo brasileiro pelo regime democrático também envolvem seu incentivo e sua participação direta em diversos atos antidemocráticos. Uma investigação foi aberta no Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para identificar os responsáveis pela organização e pelo financiamento de manifestações que clamavam pelo fechamento do Congresso e do STF e pelo retorno da ditadura militar. Todas essas ações sempre foram subsidiadas pela desinformação, que tem disseminada de maneira orquestrada – o que também foi alvo de ações como as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) das *fake news* e das milícias digitais⁶ – pela extrema direita brasileira nas plataformas de redes sociais. Tudo isso culminou na instauração e solidificação, no Brasil, de uma “cultura golpista”, cujo principal resultado foi o atentado do dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília⁷.

⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/bolsonaro-diz-que-fara-novas-trocas-apos-mudar-comando-da-petrobras.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2024.

⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/08/21/quais-as-diferencas-entre-inqueritos-das-fake-news-e-das-milicias-digitais.htm>.: Acesso em: 11 mar. 2024.

⁷ Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/8-janeiro-mes-ataques-golpistas-invasao-brasilia-o-que-se-sabe/?srsltid=AfmBOopWFf8DrREyq55Eo6YLHqDAmXzsBpqm3DJvalvC8IJ0RQER3FhG>

No entanto, para este trabalho interessa um tipo particular de tentativa de boicote à democracia, o qual diz respeito às diversas tentativas de “frear” ou limitar a Lei de Acesso à Informação que ocorreram ao longo da administração de Jair Bolsonaro. Em abril de 2019, por exemplo, houve resistência por parte do Governo Federal em divulgar estudos sobre a Reforma da Previdência, mas a pressão do Legislativo resultou na publicação dos documentos pelo Ministério da Economia. Também citamos como exemplo a ação do Ministério da Defesa que manteve em sigilo dados sobre pensões de filhas de militares, apesar de determinação contrária do Tribunal de Contas da União (TCU). Outros casos incluem: a baixa adesão dos órgãos governamentais ao cronograma de abertura de dados; a tentativa de suspensão de prazos de resposta a pedidos via Lei de Acesso à Informação durante a pandemia, revertida pelo STF; e a falta de transparência na divulgação de informações sobre a covid-19, que levou à exclusão do Brasil de relatórios internacionais. Naquela ocasião, a imprensa precisou formar um consórcio para fornecer informações precisas sobre a pandemia à sociedade. Ainda sob a administração Bolsonaro, medidas da Controladoria-Geral da União também restringiram com maior veemência o acesso a documentos públicos.

Todos esses acontecimentos sinalizam um declínio na transparência governamental em relação aos anos anteriores, desafiando a legislação de acesso à informação, o escrutínio público e a fiscalização e o controle por parte da sociedade, da imprensa e dos demais interessados. Feita essa contextualização, e voltando para 2020 – ano marcado pelo início da alarmante pandemia de covid-19 –, o Portal da Transparência teve um crescente número de acessos, não só pelos meios de comunicação tradicionais, mas também por diferentes atores da sociedade, incluindo o cidadão comum. A atenção a essa ferramenta cresceu devido à procura pela transparência dos dados sobre os recursos gastos pelo governo durante aquele ano no enfrentamento da pandemia. Todavia, o pico de acessos acabou dando destaque a outros gastos, que vieram de outra ferramenta digital desenvolvida pelo Governo Federal: o Painel de Compras.

O Painel de Compras é uma ferramenta de transparência criada pelo Governo Federal, inicialmente ligada ao Ministério da Economia e, atualmente, ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Ela foi desenvolvida para conter informações de todos os órgãos que compõem o Sistema Integrado de Serviços Gerais (SISG), proporcionando à sociedade o papel de fiscalizadora dos gastos do governo. A plataforma, que apresenta dados de licitações, contratos, atas de registro de preços e

preços praticados, permite também a criação de indicadores e consultas personalizadas, bem como a exportação dos dados em diversos formatos. Os dados do Painel são extraídos dos sistemas de compras do governo, carregando informações do ano corrente e dos quatro anos anteriores.

Em 2020, a plataforma passou por uma atualização e ganhou versão beta. Órgãos públicos de controle e organizações da sociedade civil, que promovem transparência e *accountability*, foram convidados, na ocasião e formalmente, a apresentar sugestões de aprimoramento do Painel de Compras e da validação dos dados. Em janeiro de 2024, houve uma nova atualização na plataforma.

Foi por meio dessa ferramenta e do Portal da Transparência que, em janeiro de 2021, o *Portal Metrôpoles*⁸ detectou os gastos exorbitantes com alimentos pelo Executivo Federal em 2020, contabilizados em mais de 2,8 bilhões de reais. A partir daí, outros jornais repercutiram em suas manchetes valores e itens que chamaram bastante atenção, como os gastos com o consumo de leite condensado.

O valor mais expressivo no topo da lista, entre os 141 itens adquiridos e consumidos pelo Executivo Federal que ultrapassam 1 milhão de reais⁹, é o de carne bovina *in natura*, totalizando mais de 89 milhões de reais. Vê-se na Tabela 1 os dez tipos de alimentos com as maiores despesas em 2020.

Tabela 1 – Os dez alimentos de maiores despesas comprados pelo Executivo Federal em 2020

Ordem	Item	Valor
1º	Carne bovina <i>in natura</i>	R\$ 89.636.543,25
2º	Legumes <i>in natura</i>	R\$ 66.741.799,93
3º	Frutas <i>in natura</i>	R\$ 63.130.092,68
4º	Verduras <i>in natura</i>	R\$ 53.232.579,76
5º	Suco	R\$ 52.537.741,16
6º	Carne de ave <i>in natura</i>	R\$ 51.517.015,80
7º	Biscoito	R\$ 50.149.168,18
8º	Condimento	R\$ 49.995.971,45
9º	Queijo	R\$ 45.588.412,36
10º	Embutido	R\$ 45.212.960,20

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Portal de Compras.

⁸ Jornal online de notícias do Brasil, disponível em: www.metropoles.com. Acesso em: 17 mar. 2026.

⁹ Os itens que foram evidenciados em matéria do *Portal Metrôpoles* são itens que se repetiram em alta escala de consumo nos anos de 2019 e 2020. Vale ressaltar que outros itens foram consumidos pelas instâncias do Poder Executivo. Os 141 itens foram destacados por passarem de R\$ 1 milhão cada.

Os diferentes veículos de comunicação, como os jornais que esta pesquisa tem como objeto de investigação, além de aplicarem critérios de noticiabilidade para divulgar esses números, evidenciaram em suas manchetes nomes de itens que, do ponto de vista da sociedade, são considerados de consumo supérfluo, não constantes na cesta básica, como leite condensado, chiclete e vinho.

Na Tabela 2, veem-se os itens que foram mais evidenciados nas matérias e que se tornaram objetos de crítica, sobretudo nas redes sociais.

Tabela 2 – Itens que mais foram citados pela imprensa, considerados supérfluos

Item	Valor
Leite condensado	R\$ 15.641.777,49
Chiclete	R\$ 2.203.681,89
Pizza	R\$ 1.246.866,58
Vinho	R\$ 2.512.073,89
Bombom	R\$ 8.866.958,69
Chantilly	R\$ 1.770.951,32
Chocolate granulado	R\$ 4.018.767,28
Sorvete	R\$ 13.939.435,86
Pó para pudim	R\$ 6.589.839,54
Refrigerante	R\$ 31.545.337,34
Uva passa	R\$ 5.029.601,54
Pão de queijo	R\$ 8.719.739,55
Milho pipoca	R\$ 1.032.856,43
Doce de leite	R\$ 8.918.442,46

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Portal de Compras.

Se analisados, os valores dos itens citados nas Tabelas 1 e 2 somam mais de 679 milhões, distribuídos em apenas 24 itens, em 2020.

Como a proposta central desta pesquisa é avaliar a abordagem e a repercussão desses gastos pelos *quality papers* nacionais, o comparativo dos itens citados nas tabelas acima é apenas um detalhamento de base para o que será analisado. A seguir, apresenta-se a metodologia utilizada para coleta e análise das matérias.

Metodologia

Propõe-se, nesta pesquisa, uma análise qualitativa de conteúdo das postagens feitas pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* em seus portais online, entre os dias 26 de janeiro e 3 de fevereiro de 2021, referentes aos gastos alimentícios do Poder Executivo Federal no ano de 2020. A análise dos conteúdos disponibilizados nessas publicações tem como base os dados divulgados pela ferramenta Painel de Compras do Governo Federal.

A escolha dos jornais mencionados se baseou em sua popularidade e credibilidade no Brasil. Segundo o Portal Propmark¹⁰, em matéria divulgada em 4 de março de 2021, o jornal *O Globo* registrou uma média de 28,8 milhões de visitantes únicos por mês em 2020, liderando a audiência digital do setor, seguido pela *Folha de S. Paulo*, com 24,2 milhões, e *O Estado de S. Paulo*, com 15,2 milhões (Propmark, 2021).

O desempenho frente ao processo de transformação digital desses veículos é estratégico para o consumo de informações. Ao citar dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), o Portal Propmark sinaliza que as assinaturas digitais cresceram 31% no *O Globo*, enquanto a *Folha* teve aumento de 20%, e o *Estado*, de 13%. Desse modo, os *quality papers* citados oferecem aos leitores a chance de estarem informados sobre os principais assuntos políticos e os passos da gestão governamental de forma online, por meio de computadores, tablets ou smartphones, tornando-se um meio para ampliação da transparência das instituições do Estado.

O período analisado configura-se como os primeiros dias de repercussão dos gastos milionários com alimentação do Poder Executivo Federal na mídia, após a divulgação dos gastos pela primeira vez, ou seja, entre 26 de janeiro e 3 de fevereiro de 2021. Dessa forma, após a extração de matérias que cobriam essa pauta, em todas as seções dos jornais selecionados com o tema geral “gastos do Executivo em 2020”, as postagens foram organizadas em uma planilha e separadas por jornal, data, seção e enquadramento. Ao todo, foram encontradas e analisadas 25 publicações: 8 da *Folha de S. Paulo*, 12 do *O Estado de S. Paulo* e 5 do *O Globo*, conforme apresentado na Tabela 3.

¹⁰ Veículo especializado em cobrir temas sobre indústria da comunicação, marketing e mídia em suas versões impressa e digital.

Tabela 3 - Número de postagens por veículo referente aos 2,8 bilhões de gastos com alimentos

Jornal	Postagens (26/1 a 3/2)
<i>O Globo</i>	5
<i>Folha de S. Paulo</i>	8
<i>O Estado de S. Paulo</i>	12
Total	25

Fonte: Elaboração própria

Quanto à análise de enquadramento, a pesquisa se baseou na metodologia adotada por Porto (2004, 2007), que observou *frames* noticiosos (como uma apresentação sem ênfase no contraditório, tendendo à neutralidade na abordagem) e interpretativos (com abordagem menos objetiva, apresentação de opinião explícita e/ou de contraditório) nas peças analisadas. Foi realizada uma análise dupla dos conteúdos, por dois codificadores, sendo feita, portanto, a dupla checagem da classificação das variáveis e categorias adotadas, com o Alfa de Krippendorff igual ou superior a 0,871 em todas as categorias.

Análise dos dados

Analisando os títulos das 25 matérias publicadas pelos jornais *O Globo*, *Folha* e *Estadão*, constata-se que 11 deles mencionam o nome “Bolsonaro”. Também 11 títulos destacam os valores em reais dos gastos realizados pelo Poder Executivo. Com 14 menções, o item “leite condensado” lidera as manchetes. Percebe-se ainda, por meio da leitura dos textos que aparecem nas manchetes, nomes dos itens considerados supérfluos, como “chiclete”, “alfafa”, “pizza”, além da palavra “bebidas”. Isso pode ter várias razões, entre as quais a maneira como se estruturam os critérios de noticiabilidade, a abordagem feita em cada matéria e até mesmo a estratégia de utilização de palavras-chave para que as peças apareçam nas primeiras posições dos buscadores na internet.

Apesar da importância de destacar o apelo pelos títulos que mencionavam itens controversos da cesta “básica” do Executivo Federal, é importante observar, primeiramente, em que seções as matérias sobre o fato se encontravam em cada jornal (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição das matérias por seção do jornal

	<i>O Globo</i>	<i>FSP</i>	<i>OESP</i>	Total
Coluna de opinião	1	2	0	3
Blog	1	5	6	14
Painel de notícias	3	1	6	8
Total	5	8	12	25

Fonte: Elaboração própria

A maioria das matérias sobre o caso dos gastos aparece em blogs de jornalistas nos periódicos analisados. Com exceção do jornal *O Globo*, os demais investiram mais nesse tipo de cobertura, realizada, em sua maioria, por apenas um jornalista e/ou sua equipe. Esse é um dado importante quando comparado às matérias nos painéis tradicionais de notícias, assinadas por outros jornalistas da redação. No caso da *Folha*, quatro dos cinco textos em blog eram da jornalista Mônica Bérnago, e, no *Estadão*, todos os seis eram de Fausto Macedo.

Na *Folha*, observam-se duas colunas de opinião, ambas apresentando o fato com humor e sarcasmo. Uma delas é uma coluna sobre culinária, que discorre sobre os gastos com itens que não precisariam daquela proporção, ressaltando, especificamente, os mais de R\$ 1 milhão gasto com alface *in natura*, afirmando que é uma erva que serve basicamente para alimentar gado bovino e ironizando a alimentação do “rebanho” que, de forma irônica, tem seguido o então presidente Jair Bolsonaro, como têm sido chamados seus apoiadores.

O *Estadão*, por sua vez, não apresentou nenhuma coluna de opinião sobre o tema. Esse também é um dado interessante, sobretudo quando se analisam os enquadramentos adotados por jornal nas peças, conforme será apresentado adiante. Esse fato se torna ainda mais relevante pelo histórico do jornal, que sempre se engajou com pautas públicas por meio de seus editoriais, como no caso do impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff (Marques; Mont’Alverne; Mitozo, 2019). Nesse caso, a abordagem escolhida foi oferecer uma cobertura noticiosa mais compreensiva sobre os fatos e os atores envolvidos, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Enquadramento das matérias por jornal

	<i>O Globo</i>	<i>FSP</i>	<i>OESP</i>	Total
Interpretativo	1	3	0	4
Noticioso	4	5	12	21
Total	5	8	12	25

Fonte: Elaboração própria

Em relação à análise de enquadramentos, a ausência de colunas de opinião no *Estadão* resultou em uma concentração total de matérias com *frame* noticioso, não havendo nessas peças, portanto, a apresentação de contraditório ou críticas. Apresentam-se apenas, em tom informativo, os episódios de xingamentos aos jornalistas e à imprensa feitos pelo presidente, com menção ao ocorrido, mas sem a emissão de juízo de valor sobre as ofensas.

A *Folha*, por outro lado, foi o veículo que mais investiu em textos com *frame* interpretativo sobre o ocorrido, sem deixar de lado o *frame* noticioso nas matérias de cunho jornalístico. Esse jornal cobriu de forma mais destacada os ataques do presidente em decorrência da cobertura sobre os gastos do Executivo Federal em 2020, e foi o único veículo a investir em colunas de opinião com tom satírico sobre a discriminação dos itens alimentícios comprados: uma coluna de culinária e outra produzida por uma roteirista de dramaturgia da Rede Globo de Televisão.

O jornal *O Globo*, em suas poucas peças sobre os gastos, optou majoritariamente por apresentar um *frame* noticioso, tendo publicado apenas uma peça com enquadramento interpretativo. Essa única matéria tratava do fato de os gastos em questão terem se tornado piada e memes nas redes sociais, com um tom sarcástico.

No Quadro 1, estão os títulos das matérias publicadas pelo periódico *O Globo* e suas respectivas datas de publicação, mencionando os gastos do Executivo.

Quadro 1 – Títulos das matérias divulgadas pelo periódico O Globo sobre os gastos do Executivo em 2020

Data	Título	Link
26/01/2021	Gasto de R\$ 15 milhões com leite condensado por todo o Executivo vira piada e revolta nas redes sociais	http://glo.bo/3E3fwUs
26/01/2021	Chiclete, pizza e leite condensado: parlamentares querem investigação sobre R\$ 1,8 bilhão gasto pelo governo em alimentação	http://glo.bo/3LXsUw5
27/01/2021	Ministério da Defesa justifica gastos com alimentação e diz que tropa tem 370 mil militares	http://glo.bo/3E0Iuo5
27/01/2021	Leite condensado: MP junto ao TCU vê indício de superfaturamento em gasto de R\$ 15 milhões	http://glo.bo/3E2FG9I
27/01/2021	Bolsonaro usa texto de seguidor para rebater críticas por compra de leite condensado	http://glo.bo/3vcFX5Y

Fonte: *O Globo* (2021).

Nota-se que esse jornal foca o processo de investigação dos gastos pelo Ministério Público e pelo TCU, mencionando os valores gerais e específicos de produtos, como leite condensado e chicletes. No corpo das matérias analisadas desse periódico, podemos perceber com clareza a preocupação em trazer números detalhados e de utilizar uma linguagem clara e de fácil interpretação para o leitor. É perceptível, ainda, o destaque que o jornal dá ao item “leite condensado”, que deixa de aparecer em apenas um dos cinco títulos das matérias sobre o assunto. Esse foi o jornal que menos deu atenção, todavia, ao escândalo, uma vez que publicou o menor número de peças, todas concentradas nos dois primeiros dias da divulgação desses gastos por outro veículo jornalístico.

Apesar do pouco destaque, foi notória a importância dada ao detalhamento dos motivos que levaram aos gastos do Executivo, como o esclarecimento de que esses gastos não são apenas do Palácio do Planalto, o que se pode ver no lead de cada matéria publicada. Em se tratando do cumprimento da transparência, algumas matérias foram bem específicas quanto ao detalhamento dos valores e ao direcionamento para o leitor confirmar os dados na ferramenta Painel de Compras.

Por sua vez, a *Folha* conseguiu abordar outros temas que, por ocasião, se justificavam ou complementavam o assunto dos gastos alimentícios, como o cenário da pandemia, a relação do presidente com a imprensa, a repercussão do tema em forma de memes nas redes sociais e a postura dos filhos do presidente quando eram questionados sobre o assunto. Todavia, observou-se que pode ter havido alguma confusão nas matérias desse jornal, uma vez que uma coluna de humor ironiza os

gastos com alfafa, sinalizando que seria para alimentação de “gado”, fazendo referência aos apoiadores do Governo Federal. Essa coluna dá a entender que os gastos se referem apenas ao Planalto, e não a todas as instâncias ligadas ao Poder Executivo, como os Ministérios, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Títulos das matérias divulgadas pela Folha de S.Paulo sobre os gastos do Executivo em 2020

Data	Título	Link
26/01/2021	Bolsonaro compra R\$ 1 milhão em alfafa para refeições do governo	https://bit.ly/3E5q70Y
26/01/2021	PSOL pede que PGR investigue gasto do governo Bolsonaro de R\$ 1,8 bilhão com alimentos e bebidas	https://bit.ly/3KA62IU
27/01/2021	Eduardo Bolsonaro diz que não consegue, mas faz live sobre leite condensado enquanto dirige	https://bit.ly/3JDXvxm
27/01/2021	Governo Bolsonaro gasta R\$ 1 milhão em alfafa; coluna explica por quê	https://bit.ly/3O0GEIh
27/01/2021	'É para enfiar no rabo de vocês da imprensa essa lata de leite condensado', diz Bolsonaro	https://bit.ly/363pCbj
27/01/2021	CPI do leite condensado	https://bit.ly/37DxPn0
27/01/2021	'Leite condensado' já foi mencionado mais de 1 milhão de vezes no Twitter	https://bit.ly/3xoAMCK
28/01/2021	Bolsonaro volta a dizer que leite condensado é para 'o rabo' da imprensa	https://bit.ly/3E76HJs

Fonte: *Folha de S. Paulo* (2021).

Essa “confusão” gerada também pode ser percebida pela ligação direta dos títulos das matérias ao ex-presidente, cujo sobrenome não aparece em apenas dois dos oito títulos de matérias publicadas pela *Folha de S. Paulo*. O jornal, ao contrário do periódico *O Globo*, decidiu dar maior destaque aos ataques desferidos pelo ex-presidente contra a imprensa pela divulgação dos dados, usando integralmente em um título, inclusive, uma das falas do representante. Seis das oito matérias citam diretamente os ataques, geralmente com aspas das declarações desrespeitosas do então governante.

Já o *Estadão*, além de pontuar informações também mencionadas pelos outros veículos, conseguiu ir além, trazendo matérias sobre os demais atores políticos, como agentes do TCU e do STF, que estavam contribuindo com a investigação. Além disso, o jornal se preocupou com o esclarecimento dos dados, especificando que esses gastos se referem a todo o Executivo Federal e detalhando, em uma das

matérias, o Ministério da Defesa como uma das instâncias abastecidas por essa dispensa e o maior responsável pelos gastos divulgados.

O jornal também se destaca por ser o único a abordar o apagão de dados no Portal da Transparência, que ocorreu no dia seguinte à divulgação dos dados, e sua repercussão nos meios de comunicação nacionais. A cobertura desse veículo se estende até o início de fevereiro, enquanto os outros jornais estudados concentraram a atenção no caso apenas na última semana de janeiro de 2021, conforme detalhado no Quadro 3.

Quadro 3 – Títulos das matérias divulgadas por O Estado de S. Paulo sobre os gastos do Executivo em 2020

Data	Título	Link
26/01/2021	Parlamentares pedem ao TCU investigação de R\$ 1,8 bilhão gasto pelo governo Bolsonaro com alimentos em 2020	https://bit.ly/3uNjn5b
26/01/2021	Governo gasta R\$ 15 milhões com leite condensado; parlamentares pedem investigação	https://bit.ly/3OjaacC
27/01/2021	Após polêmica com leite condensado, Portal da Transparência fica fora do ar	https://bit.ly/38I1bB9
27/01/2021	'Apagão' no Portal da Transparência aumenta suspeita sobre gastos, afirma Alessandro Vieira	https://bit.ly/3Ojax70
27/01/2021	Gasto de R\$ 15 milhões do governo Bolsonaro com leite condensado vira meme; veja reações nas redes	https://bit.ly/3KR0ALU
27/01/2021	Bolsonaro xinga a imprensa por divulgar gasto de R\$ 15 milhões com leite condensado	https://bit.ly/3xuiivnC
27/01/2021	Randolfe pede a Aras investigação sobre pane no Portal da Transparência após divulgação de gastos do governo com leite condensado	https://bit.ly/3uJXvaC
27/01/2021	Defesa diz que leite condensado é para dar energia a militares; chiclete, para a higiene bucal	https://bit.ly/3KOEqd6
28/01/2021	Ministério da Defesa liderou gastos do governo com alimentos; veja despesas de cada Força	https://bit.ly/38W0btp
28/01/2021	Procurador de Contas pede ao TCU pente-fino em gastos com alimentação pelo governo Bolsonaro	https://bit.ly/3KLB76r
28/01/2021	Bolsonaro afirma que houve redução de despesas nos últimos anos	https://bit.ly/3uMV0CQ
03/02/2021	Marco Aurélio encaminha a Aras notícia-crime contra Bolsonaro por gastos com alimentos	https://bit.ly/3EhYzFP

Fonte: *O Estado de S. Paulo* (2021).

No caso das publicações, um achado interessante diz respeito ao fato de que, em todos os jornais, foram evidenciados os mais de R\$ 15 milhões gastos em leite condensado consumidos pelo Ministério da Defesa. Com base nas matérias, tanto o referido item alimentício quanto o gasto excessivo com chicletes foram justificados pela importância nutricional e pela manutenção da higiene bucal das tropas militares, um discurso oficial que recebe uma abordagem diversa entre os três periódicos estudados, conforme apresentado anteriormente na análise dos enquadramentos adotados nas matérias.

Percebe-se, portanto, que os principais elementos, ou quadros, que ajudam a construir a realidade (Entman, 2007) em torno do fato em destaque na cobertura dos jornais analisados consistem em três pontos: 1) a figura do então presidente da República e suas reações em decorrência da cobertura midiática dos gastos; 2) os itens controversos na lista de compras e os valores gastos com eles; e 3) os atores envolvidos no processo, sobretudo o Ministério da Defesa. Essas abordagens aparecem de forma predominante, respectivamente, nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*.

Embora os fatos mereçam atenção e análises mais aprofundadas, é visível que os jornais em foco não assumiram para si o papel de agentes do interesse público (Albuquerque, 2010), mas apenas de veículos de visibilidade, pois temas clássicos de transparência, como o detalhamento dos gastos e o desenrolar dos fatos e dos processos de licitação e de compra de artigos com dinheiro público, não foram sequer mencionados. Com exceção de uma matéria no *Estadão*, que se utilizou, para tanto, de um *frame* noticioso, não houve interesse dos veículos em abordar a gravidade, para o processo de transparência e abertura do Estado aos cidadãos, do “apagão” de dois dias no Portal da Transparência após a divulgação dos gastos pelos meios de comunicação. Além disso, a cobertura se restringiu a não mais que oito dias em todos os jornais, o que pode demonstrar pouco interesse investigativo sobre a história, comprometendo a cobertura da transparência dos fatos públicos (Weinberger, 2009). Vale destacar nessa seara, ainda, que a cobertura do fato seja majoritariamente realizada por jornalistas que possuem blogs, como Mônica Bergamo (FSP) e Fausto Macedo (OESP). Desse modo, pode-se constatar um distanciamento dos jornais a essa cobertura, delegando-a a jornalistas experientes e com maior independência na redação, com acesso a fontes próprias.

Pode-se afirmar que a cobertura seguiu um viés entre informativo e sarcástico, seguindo o tom das redes sociais, como duas das matérias aqui analisadas apresentam, sem prosseguir com o acompanhamento tanto dos desdobramentos a partir das denúncias e dos pedidos de fiscalização como da idoneidade dos valores após o retorno do apagão do Portal da Transparência, por exemplo.

A falta de discussão sobre a importância da transparência para o processo de fiscalização da prestação de contas públicas (Filgueiras, 2011), assim como a falta de preocupação em apresentar o Governo Federal como uma instância que vai além de Jair Bolsonaro e do Palácio do Planalto, uma confusão recorrente nas matérias da *Folha de S. Paulo*, indicam uma cobertura superficial do caso. Nesse sentido, vale destacar que, na seara de defensor do interesse público, o jornalismo, nesse caso, cumpriu parcialmente sua autodenominada função democrática de “[...] agir como *watchdog* a vigiar o Estado, para revelar os abusos contra o interesse público cometidos nas esferas governamental e política e para fomentar o debate público sobre o funcionamento do Governo” (Gomes, 2009, pp. 70-71). Isso ocorre, especialmente, porque a restrita e superficial cobertura não abriu espaço para uma discussão mais ampla do processo de prestação de contas do Estado com a sociedade. Foi tratada, pelo contrário, como apenas mais uma ação do então Governo Federal, cuja cobertura incomodou os agentes políticos envolvidos, com mais foco na parte interessada desse campo (os ataques ao jornalismo) e nas piadas advindas da situação (p.ex. alfafa como alimentação de gado), e menos na suposta improbidade dos gastos públicos envolvidos no caso.

Conclusões

A transparência é um valor democrático garantido por lei e se alia ao conceito de controle social, uma fiscalização que pode e deve ser realizada pelos atores sociais. De acordo com o próprio discurso de autolegitimação social do jornalismo, a transparência deveria ser fundamental na cobertura de questões do Estado por parte dessa instituição. Nesse âmbito, este artigo buscou investigar a atuação dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* na cobertura dos gastos alimentícios do Executivo Federal no ano de 2020, sob a perspectiva da interface entre mídia, transparência e democracia, observando os enquadramentos dados às peças publicadas sobre o assunto. Assim, este estudo visa contribuir para a análise de como os *quality papers* no Brasil, levando em consideração seus discursos recorrentes de autolegitimação como vigilantes do Estado em prol do interesse público, abordam casos de prováveis inadequações nos gastos públicos.

Com a pesquisa, constatou-se que os três jornais, em suas respectivas matérias sobre os gastos do Executivo Federal em 2020, apresentaram de forma superficial questões relacionadas à transparência, palavra que desaparece das matérias, restringindo-se ao nome do portal que abriga os dados noticiados

(Portal da Transparência do Governo Federal). Desse modo, percebe-se que não houve interesse efetivo dos jornais em acompanhar o caso, mas apenas em “estourar” o suposto escândalo, sem trazer publicações mais educativas sobre o funcionamento dos gastos e o que compõe o Poder Federal em foco.

Em torno da polêmica, observa-se também que a menção ao nome “Bolsonaro” é recorrente em quase todas as matérias, como uma forma de associá-lo unicamente aos gastos. Nas notícias em que o foco é o gasto com leite condensado, todos os veículos destacaram a fala, em tom de ira e carregada de palavrões, do então presidente quando é questionado sobre o montante designado para a aquisição do item.

A partir dos resultados da pesquisa, a fim de compreender melhor os processos de transparência e os meios de comunicação, percebe-se que é necessária a realização de mais estudos com essa abordagem, sobretudo para se questionar, como foi feito de forma inicial neste artigo, as novas formas de fazer jornalismo e os processos de seleção, apuração e enquadramento dos assuntos. Além disso, faz-se importante compreender quais os novos discursos utilizados por esse campo social para legitimar-se como defensor do interesse público, e não como reproduzidor do interesse do público expresso nas redes sociais, como a tendência à memeficação da crítica e ao foco em questões mais relacionadas a indivíduos do que a processos (o ex-presidente e os militares, em detrimento da transparência e da possível improbidade administrativa, respectivamente, no caso aqui estudado).

Referências

ALMADA, Maria Paula. *Avaliação da eTransparência em portais de governos nacionais: uma comparação entre Brasil, Estados Unidos e Reino Unido*. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Another ‘Fourth Branch’: press and political culture in Brazil. *Journalism*, Thousand Oaks, v. 6, n. 4, pp. 486-504, 2005. DOI: 10.1177/1464884905056817.

ALBUQUERQUE, Afonso de. As três faces do Quarto Poder. In: Miguel, L. F.; Biroli, F. (Orgs.). *Mídia, Representação e Democracia*. São Paulo: HUCITEC, 2010. pp. 123-144.

BATISTA, Carmem Lúcia. *Informação pública: entre o acesso e a apropriação social*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BEZERRA, K. Boas práticas de transparência para o jornalismo. In: Rogério Christofolletti (org.). *Transparência jornalística: o que é e como se faz?* Florianópolis: UFSC, 2022. p. 33–41.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. *Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 18 abr. 2022.

BRASIL. *Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRENOL, Marlise Viegas. Jornalismo e transparência pública digital: aliados pela qualidade do debate público. *Intexto*, Porto Alegre, n. 52, e-94992, pp. 1-20, 2021. DOI: 10.19132/1807-8583202152.94992.

D'ANGELO, Paul. Studying framing in political communication with an integrative approach. *American Behavioral Scientist*, Thousand Oaks, v. 56, n. 3, pp. 353-364, 2012. DOI: 10.1177/0002764211426332.

ENTMAN, Robert Matthew. Framing bias: media in the distribution of power. *Journal of Communication*, Oxford, v. 57, n. 1, pp. 163-173, 2007. DOI: 10.1111/j.1460-2466.2006.00336.x.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. *Lua Nova*, São Paulo, v. 84, pp. 65-94, 2011. DOI: 10.1590/S0102-64452011000300004.

GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria jornalística*. Florianópolis: Insular, 2009. (Série Jornalismo a Rigor, v. 1).

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. *E-Compós*, Brasília, v. 21, n. 2, 2018. DOI: 10.30962/ec.1446.

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. In: *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan; MEIJER, Albert Jacob. The effects of transparency on the perceived trustworthiness of a government organization: evidence from an online experiment. *Journal of Public Administration Theory and Research*, Oxford, v. 24, n. 1, pp. 137-157, 2014. DOI: 10.1093/jopart/mus048.

ITUASSU, Arthur et al. Internet e democracia nos municípios brasileiros: a oferta de transparência e participação nos websites das maiores prefeituras do país. In: Rousiley Celi Moreira Maia; Kelly Prudencio; Ana Carolina Vimieiro (orgs.). *Democracia em ambientes digitais: eleições, esfera pública e ativismo*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 173–200.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele Batista. Editorial journalism and political interests: comparing the coverage of Dilma Rousseff's impeachment in Brazilian newspapers. *Journalism*, Thousand Oaks, v. 22, n. 11, p. 1–20, 2019. DOI: 10.1177/1464884919894126.

MENDES, Germana Plácido de Carvalho. *Jornalismo e controle social: abordagem da transparência legislativa pelos portais de notícias do Nordeste*. 2023. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

MORAES, Nelson Russo de. *Internet, prestação de contas e transparência na gestão pública municipal*. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

PLÁCIDO, Germana. Quando a transparência é o foco: enquadramentos das notícias publicadas em jornais do Maranhão. *E-Com*, Belo Horizonte, v. 15, pp. 83-102, 2022.

PORTO, Mauro Pereira. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004. pp. 73-104.

PORTO, Mauro Pereira. Framing controversies: Television and the 2002 Presidential Election in Brazil. *Political Communication*, Londres, v. 24, pp.19-36, 2007. DOI: 10.1080/10584600601128705.

POSSAMAI, Ana Júlia. *Dados abertos no governo federal brasileiro: desafios de transparência e interoperabilidade*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto

de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2016.

PROPMARK. O Globo lidera audiência digital entre jornais brasileiros em 2020. *Propmark*, 4 mar. 2021. Disponível em: <https://propmark.com.br/o-globo-e-o-jornal-mais-lido-do-brasil-em-2020/>. Acesso em: 24 de março de 2024.

SINGER, Jane B. Contested autonomy: professional and popular claims on journalistic norms. *Journalism Studies*, v. 8, n. 1, p. 79–95, 2007.

TANDOC JR., Edson C.; THOMAS, Ryan J. Readers value objectivity over transparency. *Newspaper Research Journal*, v. 38, n. 1, p. 32–45, 2017. DOI: 10.1177/0739532917698446.

THOMPSON, John. *O escândalo político: Poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VOERMANS, Wim.; NAPEL, Hans-Martien ten.; PASSCHIER, Reijer. Combining efficiency and transparency in legislative processes, *The Theory and Practice of Legislation*, Londres, v. 3, n. 3, pp. 279-294, 2015. DOI: 10.1080/20508840.2015.1133398.

WEINBERGER, David. *Transparency is the new objectivity*. 2009. Disponível em: <http://www.hyperorg.com/blogger/2009/07/transparency-is-new-objectivity.html>. Acesso em: 24 de março de 2024.

Sobre as autoras

Germana Plácido é Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM/UFMA). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (Estácio). Membro dos Grupos de Pesquisa Comunicação, Política e Sociedade (COPS/UFMA) e Democracia e Comunicação Digital (DECODE/UFMG). E-mail: placidogermana@gmail.com.

Isabele Mitozo é Professora do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: ibmitozo@gmail.com.

Maria Paula Almada é Doutora e mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA). Pesquisadora pós-doc sênior (bolsista CNPq) do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD). E-mail: mariapaula.almada@gmail.com.

Data de submissão: 03/04/2024

Data de aprovação: 13/08/2025